

O popular nas pesquisas de comunicação*

Maria Immacolata Vassallo de Lopes **

Numa exposição sobre as relações entre Estado, Sociedade Civil e MCM feita no VII Ciclo da Intercom em 1984, Ruth Cardoso apontava para as *limitações dos instrumentos teóricos* em uso para explicar as novidades que estão ocorrendo na sociedade contemporânea. Dentro dessas novidades destacava, por um lado, os movimentos sociais mobilizadores de novas formas de participação, que contestam as teorias sobre o amorfismo e a falta de participação das classes populares e, por outro lado, a atuação dos MCM permeada de "ambigüidades e competências inesperadas", que contestam as teorias sobre a simples reprodução ideológica dos meios massivos.

Esta crítica à falta de um instrumental teórico capaz de responder a fenômenos novos, de complexidade inusitada, é uma característica do pensamento intelectual dos anos 80 no Brasil e na América Latina. Ela ocorre nos vários campos das ciências sociais, onde vêm surgindo *reavaliações críticas* das teorias em uso no passado recente no País e na região.

No campo da comunicação social, acredito não estar incorrendo numa visão reducionista ao afirmar que as baterias críticas têm se voltado contra dois alvos teóricos principais. A saber, o primeiro alvo, e isto desde meados da década de 70, é constituído pela Teoria Funcionalista da Comunicação, cujos eixos centrais são as funções integrativas dos meios de comunicação para o sistema social e as relações sistêmicas entre as várias modalidades de comunicação. O segundo alvo, todos sabemos, é a Teoria da Indústria Cultural da

* Texto apresentado no Painel "Pesquisa e Comunicação Popular do XV Congresso Brasileiro de Comunicação Social, promovido pela UCBC — IMS — São Bernardo do Campo, 01/11/1987.

** Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Autora de *O Rádio dos Pobres — Comunicação de Massa, Ideologia e Marginalidade Social* (São Paulo, Loyola, 1988).

Escola de Frankfurt, com base na denúncia dos aspectos homogeneizantes dos veículos de comunicação e da passividade da sociedade frente à dominação ideológica exercida por esses meios. No que é fundamental, as críticas têm apontado para o *caráter afirmativo* de ambas as teorias, mesmo, e curiosamente, a de matriz dialética, isto porque, ao reforçar o aspecto reproducionista dos MCM, esta última também insiste na sua natureza funcional dentro das sociedades atuais.

Existem aspectos importantes nessas teorias e não é minha pretensão aqui tentar provar que essas teorias estão erradas ou propor alternativas teóricas. O que parece importante neste momento é apontar que elas são insuficientes para responder a tudo aquilo de criativo e de novo que existe na sociedade e na cultura de massa, e registrar que fatos novos estão ocorrendo no modo de funcionamento dos MCM e que nosso arsenal teórico não está afinado para compreender essa problemática.

É dentro deste balizamento inicial que desejo situar as questões que trago para a discussão. Elas estão propositalmente em forma esquemática e talvez polêmica, uma vez que são o resumo provisório de algumas questões de fundo presentes na investigação que estou realizando sobre as metodologias usadas em teses acadêmicas de comunicação social que têm a problemática do popular como objeto de estudo (a fim de identificar as pesquisas sob estudo as chamarei de "teses").

A *primeira questão* que aponto está na *defasagem* entre a crítica teórica "avançada" que se está fazendo e as teorias "atrasadas" presentes nas teses. Isto significa que a mencionada reavaliação crítica está sendo feita de forma abstrata ou no máximo como uma espécie de palavra de ordem de alguns intelectuais de ponta e que ainda não encontra ressonância na efetiva prática da pesquisa empírica. Parece-me que significa também que a crítica teórica se esgota nela mesma, uma vez que apontadas as insuficiências não se tem trabalhado na construção de alternativas teóricas. Em outras palavras, tem se apontado para "o que não fazer" e não para o "como fazer diferente". Dois exemplos serão suficientemente elucidativos.

1) Normalmente as teses concebem a cultura popular como sendo "as tradições do povo" (cultura rural, artesanal), deixando-se de lado os atuais problemas da criação de novas culturas subalternas geradas na dinâmica interna e externa à indústria cultural. O que temos é a teoria marxista sobre a cultura popular com estudos que apontam "para trás" usando o paradigma de classes e a teoria funcionalista apontando para o moderno e urbano com o paradigma de massas. Trata-se aí, a meu ver, da não superação do dualismo popular/tradicional x massivo/moderno e de uma incorporação inadequada da contribuição weberiana de tipos ideais. Dentro desses quadros teóricos das teses tem ressaltado uma grande dificuldade no uso do *paradigma de classe social* na análise das culturas populares urbanas e não urbanas em suas conexões com os MCM. Aponto para a dificuldade das teses em teorizar sobre o *tripé cultura-comunicação-classe social*.

2) Especificamente, a dificuldade teórica do intelectual marxista em trabalhar o *conceito de consumo* na perspectiva política. A eficácia negada a essa esfera, porque determinada em última instância pela produção, impede que as relações de consumo sejam consideradas significativas. O consumo não alcança portanto o estatuto de fenômeno político.

A *segunda questão* que aponto reside em que mesmo quando a problemática do popular é formulada dentro das teses de forma mais aproximativa aos fatos novos que estão emergindo na realidade, essa problemática não consegue ser articulada através de uma *metodologia adequada* a um tratamento mais refinado que a problemática exige. Isso significa que quando temos uma formulação correta do problema de pesquisa, dificuldades surgem na estratégia metodológica usada (combinação de certos métodos e técnicas de pesquisa) que se revela pouco adequada à abordagem do problema formulado. Exemplos elucidativos seriam: o uso de questionários para coletar opiniões; operacionalizações deficientes de conceitos; o uso dicotômico de modelos qualitativos e quantitativos; o uso equivocado dos métodos de análise de conteúdo.

Portanto, temos aí duas questões que se interpenetram: o tratamento metodológico insuficiente dado a um objeto teórico desatualizado.

Mas eu ressaltaria principalmente as teses que, mesmo formulando corretamente a problemática da recepção diversificada e das conotações incontrolláveis das mensagens massivas, permanecem no plano da reconstrução da realidade, que é o plano descrito de análise, e não avançam para o plano da interpretação, que é propriamente o nível explicativo das conexões que se verificam entre os fatos empíricos. Os projetos, desta forma, dificilmente dão lugar a um *processo de construção da teoria* — que deveria ser a principal contribuição de uma tese acadêmica.

A *terceira questão* que levanto diz respeito às *matrizes teóricas dos estudos sobre cultura brasileira* que, a meu ver, se contemplam uma teoria da cultura, pouco contribuem para uma teoria da comunicação de massa no Brasil. É verdade que a legitimação e autonomização deste campo de estudos (cultura brasileira) é anterior ao aparecimento e desenvolvimento da indústria cultural no País. Nesses estudos, geralmente historiográficos e sociológicos, a temática do popular desemboca (ou tem origem) em reflexões sobre a ideologia, a manipulação política da cultura (relação Estado-cultura), a memória cultural e a identidade nacional. As manifestações concretas da cultura popular são tratadas no âmbito da literatura, das artes, do folclore, do teatro ou do cinema. Raramente avançam para o estudo da televisão, rádio ou publicidade; ou seja, a questão do popular não é articulada para a produção difundida pelos MCM. Com isso, parece haver uma desqualificação dos estudos sobre a comunicação de massa, concebida como área de manipulação de consciências através de merca-

dorias cuja função é de reprodução do capital. O que quero apontar é que dentro dessas matrizes teóricas nota-se um *difícil percurso da cultura para a comunicação*. Tudo já estaria explicado ao nível das teorias da cultura que são mais amplas que as teorias da comunicação. As características da cultura já implicariam as da comunicação e a análise dedutiva não traria muita novidade. Assim sendo, os estudos de cultura brasileira que são referência teórica constante das teses de comunicação deveriam ser encarados criticamente, uma vez que dificultam a apreensão do que seja específico e autônomo dos processos da comunicação de massa dentro da cultura. Do lado das teses de comunicação, o trânsito entre a comunicação e a cultura, em princípio, se afigura mais fácil porque a cultura é o contexto da comunicação. Entretanto, a exigência de extrapolar o comunicativo exige procedimentos de análise empírico-indutivos que são próprios ao *modelo de pesquisa explicativa*. Dito de outra forma, o plano da cultura corresponde ao nível interpretativo de análise dentro da pesquisa, o que nos remete à já apontada questão da deficiente teorização verificada na maioria das teses. Assim, a cultura deixa de ser tomada como mediação social e teórica necessária entre a comunicação e o popular.

A quarta e última questão que levanto é também o único que não envolve questões propriamente teórico-metodológicas. Diz respeito à probabilidade dos projetos de pesquisa sobre comunicação popular se tornarem mais frequentes, a ponto de se firmarem como uma das *linhas de pesquisa* predominantes dentro do campo da comunicação social. Isto me leva a tocar rapidamente nas condições institucionais de produção da pesquisa nas universidades, mesmo as de tendência crítica. O que existe na maioria das vezes é o poder e a condução de linhas de pesquisa concentradas em pessoas que funcionam como difusores da ideologia da orientação dominante, que se reproduz em projetos de pesquisa sobre os mais variados fenômenos da comunicação. Por mais diversificados que sejam os objetos e por mais variadas que sejam as abordagens, a sua unificação na orientação dominante não escapa a uma análise mais atenta. Como resultado, questões cruciais como a responsabilidade do pesquisador e o compromisso social da pesquisa são neutralizadas como exercício acadêmico para fins de titulação. Deste modo, é baixa a probabilidade que se desenvolvam projetos de pesquisa de comunicação que se vinculem com a realidade das classes subalternas. Além disso, esses projetos raramente se voltam para os processos de transformação social ou para a intervenção social.

Assim, apesar de ser um tema de longa tradição de estudos dentro das ciências sociais, o popular, na sua atual manifestação histórica, de grande imbricação com o massivo, surpreende por estar sendo tão pouco investigado na área da comunicação social. Por isso é que eu começava esta exposição apontando para a defasagem existente entre a reavaliação teórica endossada por alguns intelectuais nesta década de 80 e o que efetivamente está ocorrendo na prática da pesquisa sobre comunicação popular. As principais tendências que aqui estão

ocorrendo são: 1) o ainda predomínio funcionalista; 2) a crítica minoritária marxista ainda bastante divorciada da realidade popular-massiva; 3) o inoperante dualismo cultura tradicional/cultura moderna; 4) a dificuldade de teorizar o tripé cultura-comunicação massiva-classes subalternas.

O que é possível fazer para mudar esse panorama? Aí eu já insistiria em propor projetos de pesquisa empírica que demonstrassem concretamente o *caráter relacional* das culturas dentro da sociedade e não ficaria na pura declaração desse caráter. Isso significaria praticar realmente um novo instrumental teórico, metodológico e técnico nas pesquisas sobre a cultura e a comunicação das classes subalternas.